

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 03/08/2018

- [Cármen Lúcia diz que audiência sobre aborto garante a pluralidade](#)
- [CDH vota projetos sobre aleitamento materno e instalação de fraldários](#)
- [Projeto prevê incentivos para profissionalização e contratação de adolescentes inseridos em programas de acolhimento](#)
- [Apresentada a nova versão do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência](#)

Assunto: Cármen Lúcia diz que audiência sobre aborto garante a pluralidade

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 03/08/2018



“Este é um espaço de liberdade e estamos garantindo o princípio de pluralidade nesta audiência”, disse a presidente do STF, Cármen Lúcia, ao abrir a audiência com mais de 20 especialistas, no plenário da 1ª Turma da Corte, para defender e apresentar argumentos sobre diferentes posições a respeito da descriminalização do aborto até a décima segunda semana de gravidez. O tom do discurso da ministra, com apelo pela tolerância e respeito, também dominou a fala de outros ministros e autoridades que foram convidadas para acompanhar a discussão. “Todas as opiniões são dignas de serem ouvidas e acreditadas. Ainda que para depois divergir. Só é possível divergir se conhecer”, destacou Cármen Lúcia.

Relatora da ação que pede para que a interrupção da gravidez deixe de ser crime, a ministra Rosa Weber, que convocou a audiência, afirmou que a escolha dos mais de 40 participantes respeitou o princípio da pluralidade de pontos de vista. “Falar de democracia constitucional sem compreender os valores fundamentais que a viabilizam é incidir em mera retórica e indesejáveis palavras vazias”, reforçou a ministra, ao defender que o conflito pode enriquecer o debate, sem que haja necessidade da violência de ordem física ou verbal. “No lugar da violência, instituições e regras. Tenho certeza que ao final dessas audiências esta Corte estará enriquecida e preparada para julgar [a ação]”, disse.

O ministro Luiz Roberto Barroso reforçou o apelo. “As democracias contemporâneas são feitas de votos, direitos e razões. As cores da vida têm as cores das lentes por quais se olha. Cada um nessa vida tem o direito de viver de acordo com as próprias convicções”, afirmou.

Debates

Ao longo de todo o dia de hoje (3), mais de 20 especialistas da área de saúde, cientistas e representantes de entidades de direitos humanos vão se revezar no plenário da 1ª Turma do STF apresentando diferentes posicionamentos e argumentos sobre o assunto. Na próxima

segunda-feira (6), o debate será retomado com representantes religiosos e de entidades de direitos humanos.

Apenas depois dessas exposições a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, vai se manifestar sobre a descriminalização do aborto. Sem prazo pré-definido, a expectativa de assessores da Corte é que o parecer seja entregue em até 10 dias.

O vice-procurador-geral da República, Luciano Maia, que substitui a procuradora-geral na audiência, exaltou a decisão de colocar o tema em debate com especialistas de diversas áreas. “O tema revela que o papel de uma corte constitucional é lembrar que um direito posto só o é porque o povo naquele momento assim o aceita. Aqui se discutirá a presença do Estado na vida privada. É um tema de imensa responsabilidade e por isso esta corte se agiganta para caber tantas correntes que aqui irão se pronunciar”, disse. Maia ainda destacou o fato de o tema ser relatado por uma ministra e ter o debate sob o comando de uma presidente da Corte mulher.

Com o parecer da PGR, Rosa Weber concluirá seu voto, que será submetido ao plenário do STF e julgado pelos 11 ministros que integram a Corte.

Exposição

O início das exposições no primeiro dia de audiência foi feito pelo Ministério da Saúde. Ao declarar que não defenderá um aspecto do debate, a diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde, Maria de Fátima Marinho de Souza, apresentou números em tom de alerta.

A especialista afirmou que “apesar de todo o esforço do ministério, a carga do aborto inseguro é extremamente alta. Temos elevado número de interrupção da gestação. Uma em cada cinco mulheres já fez aborto neste país. Por ano, há um milhão de abortos induzidos no país”. Maria de Fátima ainda destacou outras estimativas que apontam que esses procedimentos, de forma insegura, resultam em 250 mil hospitalizações por ano, 15 mil complicações, sendo 5 mil extremamente graves com risco de vida, e outras 203 mortes por ano.

“É quase uma morte a cada dois dias. Essa carga gera superlotação, dificuldade de lidar com as complicações, traz para o SUS [Sistema Único de Saúde] sobrecarga evitável e gera custos humanos e financeiros”, alertou. A médica ainda acrescentou que são as mulheres mais pobres, jovens e negras que mais sofrem as consequências “por não terem acesso aos processos que, ainda ilegal, são mais seguros”. Segundo ela, o aborto ilegal é a terceira principal causa de mortalidade materna.

Assunto: CDH vota projetos sobre aleitamento materno e instalação de fraldários

Fonte: Agência Senado

Data: 03/08/2018



A reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) agendada para as 11h30 da terça-feira (7) terá 23 itens na pauta de votações. Um dos projetos torna obrigatório que hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, sejam eles públicos ou particulares, ofereçam orientação sobre aleitamento materno.

O PLS 24/2016, da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para incluir entre as obrigações de locais públicos e privados dedicados à saúde de gestantes o oferecimento de serviço de orientação sobre amamentação, com profissionais habilitados e capacitados para essa função, “com o objetivo de apoiar a puérpera para a prática do aleitamento materno”.

A proposta tem voto favorável do relator, senador José Medeiros (Pode-MT). Mas seu relatório excluiu a determinação de que só profissionais habilitados e capacitados para a função poderiam fazer esse tipo de orientação. Segundo ele, a medida acarretaria a criação de funções públicas, ação reservada pela Constituição ao presidente da República. A votação será terminativa na CDH.

Banheiros familiares

Também na pauta está o PLS 152/2018, que torna obrigatória a instalação de banheiro familiar e fraldário em hospitais, universidades e centros comerciais. O objetivo da proposta do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) é garantir privacidade e trazer comodidade a crianças e responsáveis.

Pela proposta, o banheiro familiar será destinado a crianças de até dez anos de idade acompanhadas do responsável. O fraldário destina-se à troca de fraldas e à amamentação de crianças de até três anos.

O voto da relatora Lídice da Mata (PSB-BA) é favorável à aprovação do PLS.

O projeto aplica-se a locais com circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas, sejam locais públicos, privados, definitivos, provisórios, cobertos ou descobertos. O autor cita como exemplos hospitais e centros de saúde, universidades e centros universitários, centros de convenções e centros comerciais.

Os estabelecimentos já em funcionamento terão de se adaptar no prazo de 12 meses e o descumprimento da determinação pode acarretar advertência, multa de até R\$ 50 mil e interdição do estabelecimento.

Depois da CDH, o projeto será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Audiências públicas

Há ainda na pauta da CDH quatro requerimentos para a realização de audiências públicas: sobre as cobranças adicionais da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) a seus participantes; os direitos das crianças de pais presos; a situação prisional do Brasil; e projetos de prevenção à violência contra a mulher e de recuperação e reeducação de agressores.

Assunto: Projeto prevê incentivos para profissionalização e contratação de adolescentes inseridos em programas de acolhimento
--

Fonte: Agência Câmara

Data: 03/08/2018



A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 9460/17, que assegura aos adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional preferência na seleção de aprendiz para contrato de aprendizagem.

Além disso, a proposta concede a esses adolescentes o direito de participarem de programas sociais que tenham por base o trabalho educativo. E ainda, quando completarem 18 anos, o direito de serem contratados por empresa terceirizada que presta serviços à administração pública, como forma de garantir meios de subsistência mínimos longe dos abrigos.

Apresentado pela deputada Gorete Pereira (PR-CE), o projeto inclui esses dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90).

A parlamentar ressalta que atualmente o ECA não traz disposições específicas para garantir o direito à profissionalização e à proteção do trabalho para os adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional. “A legislação, no geral, não estabelece qualquer medida para equiparar os adolescentes em situação completamente desigual (isto é, sem qualquer suporte familiar) aos demais adolescentes”, diz.

Obrigações das entidades

Pelo texto, as entidades de acolhimento (abrigo e internação) deverão promover políticas de incentivo à profissionalização e de assistência para a inserção no mercado de trabalho para os adolescentes com mais de 14 anos por elas acolhidos.

Já os órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão fiscalizar as empresas terceirizadas contratadas em relação ao cumprimento da obrigação de contratação de adolescentes que participaram de programas de trabalho educativo.

Tramitação

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Assunto: Apresentada a nova versão do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Data: 03/08/2018



O Ministério dos Direitos Humanos apresentou a nova versão do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA), módulo Conselho Tutelar, para os representantes dos governos estaduais que atuam como coordenadores técnicos do SIPIA. O evento segue até esta sexta-feira (3) e tem como objetivo, além da apresentação das novas funcionalidades do SIPIA, debater o modelo de governança e o plano de implantação do sistema em nível nacional.

O SIPIA organiza e automatiza a rotina de trabalho dos conselhos tutelares, que podem utilizar a ferramenta para registrar os atendimentos e gerenciar os documentos emitidos durante a aplicação das medidas protetivas. Dessa forma, o sistema pode fornecer dados e informações sobre violações de direito de crianças e adolescentes, auxiliando inclusive na formulação de novas políticas públicas.

“O sistema é importante para atuação dos conselheiros tutelares, mas também para a formulação de políticas públicas. O Brasil é um país que carece de dados sobre infância e adolescência, especialmente sobre violação de direitos. Precisamos desses dados para formular melhor as políticas, principalmente as de enfrentamento à violência”, explica a secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Berenice Giannella.

Os Coordenadores Técnicos Estaduais do SIPIA atuam na divulgação da ferramenta, que atualmente é utilizada em apenas 20% dos municípios. Segundo a secretária, o adequado funcionamento do sistema é fundamental no atual contexto em que o Brasil ingressou como membro da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, iniciativa liderada pela Organização das Nações Unidas. Um dos compromissos assumidos pelo país nessa parceria foi o desenvolvimento de um sistema de indicadores sobre crianças e adolescentes, com foco na identificação das violações de seus direitos.

“Precisamos colocar o SIPIA para funcionar adequadamente. Isso só vai ocorrer se os conselheiros tutelares preencherem os dados do sistema. Para além de um trabalho burocrático, precisamos mostrar a todos a importância do Brasil ter dados mais corretos e confiáveis”, concluiu.